

Belém (PA), 31 de Dezembro de 2011. José Ramos Ferreira-Contador CRC/PA-4436. CPF:039238602-00. Cypriano Sabino de Oliveira-Diretor Presidente.CPF:000.850.572-15. **PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE** - Aos Acionistas e Administradores da, **SABINO DE OLIVEIRA COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO S.A. - SANAVE**. 1.Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia **SABINO DE OLIVEIRA COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO S.A. - SANAVE**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** 2. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** 3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.4.Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. 5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião sobre as demonstrações financeiras** 6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia **SABINO DE OLIVEIRA COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO S.A. - SANAVE** em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Belém, 27 de abril de 2011. AUDICON-CRC-PA-002671/O-3 – Tadeu Manoel Rodrigues de Araújo – Auditor Independente.

MARTINS AGROPECUÁRIA S/A
CNPJ: 15.271.802/0001-03 NIRE: 15300015014
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ACIONISTAS PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Ficam os Srs. Acionistas de Martins Agropecuária S/A ("A Companhia") convidados a participarem da Assembleia Geral Ordinária a realizar-se, em primeira convocação, às 9:00 horas do dia 10 de Maio de 2012, na sede da Companhia em Baião/PA, na Fazenda Jutaituba, s/n, Lote 23, Setor E, Gleba Joana Peres I, Zona Rural, a fim de tratar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Tomada de contas dos Administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2011; 2) Eleição de Diretoria; 3) Fixação da remuneração global dos Administradores para o ano de 2012. 4) Outros assuntos. Uberlândia/MG, 18 de abril de 2012. MARTINS AGROPECUÁRIA S/A - Alair Martins Júnior - Diretor Presidente.

PETROBRAS BIOCOMBUSTÍVEL S.A.
NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 372448
Petrobras Biocombustível S.A., inscrita no C.N.P.J. sob o nº 10.144.628/0013-58, torna público que recebeu da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará a Licença de Operação nº 6514/2012 para a atividade de viveiro de produção de mudas, localizado no Ramal Tambaí km 19, Município de Baião-PA.

MAGESA-MOJÚ AGROINDUSTRIAL E ENERGÉTICA S/A
A empresa **MAGESA-Mojú Agroindustrial e Energética S/A**. CNPJ Nº 07.915.416/0001-89, I.E. Nº 15.118.856-4, vem tornar público sua solicitação junto à SEMA da L.I.O. (Licença de Instalação e Operação), sob o protocolo Nº 2011/2191 de 01/02/2011.

MAGESA – Mojú Agroindustrial e Energética S/A													
CNPJ/MF: 07.915.416/0001-89 Relatório da Administração – Senhores Acionistas: Em cumprimento as disposições legais e estatutárias submetemos a apreciação de V.S ^{as} ., o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, referentes aos exercícios encerrados em 31/12/2011 à 31/12/2010. Ficamos a disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários. A Administração													
ATIVO	2011	2010	2009	PASSIVO	2011	2010	2009	NOTAS	DEMONST. DOS RES. DOS EXERCÍCIOS FINDOS				
CIRCULANTE	450.544	597.725	626.505	CIRCULANTE	732.692	798.365	674.066	EXPLICATIVAS 1. DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010-1) As Demonstrações Financeiras, estão Sendo adotadas em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por ações, Lei Nº 6.404 / 76, adotando as alterações promovidas pelas Leis Nºs. 11.638/07 e 11.941/09, e das normas e instruções, emitidas pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e das normas internacionais de Relatórios Financeiros. b) Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes- Ativos são demonstrados por seu valor de realização e os Passivos pelos valores conhecidos, ou Circulantes, acrescidos de encargos incorridos, quando aplicável.	DEMONST. DOS RESULT.	2011	2010	2009	
Disponib.	1.700	1.700	750	Fornecedores	--	--	171.159		REC. OPER. BRUTA	--	350.000	547.400	
Out. Contas	5.009	2.190	1.670	Obrig. Sociais	708.483	614.656	237.743		REC. OPER. LÍQUIDA	--	350.000	547.400	
Estoques	314.365	314.365	314.365	Obrig. Tributárias	22.374	22.375	265.164		Custos de Prod. Vend.	--	380.305	405.076	
Dup. receber	129.470	279.470	309.720	Outros débitos	1.835	161.334	--		REC. OPER. BRUTA	--	30.305	142.324	
NÃO CIRC.	17.094.399	16.343.138	15.663.071	NÃO CIRCULANTE	10.992.255	9.597.715	8.123.518		Desp. Operacionais	503.783	708.662	300.736	
Dep. Judiciais	1.670	1.670	--	Créd. Pessoas Ligadas	2.762.199	2.141.866	1.372.894		Desp. c/ manutenção	65.421	115.387	3.610	
Imobilizado	6.064.079	6.087.025	6.109.972	Deb. Conversíveis	2.156.701	1.953.723	1.769.848		Desp. Administrativas	114.887	26.785	295.208	
Diferido	11.028.650	10.254.443	9.553.099	Deb. Inconversíveis	6.069.473	5.498.244	4.980.776		Desp. Financeiras	2.894	5.779	22.946	
TOTAL	17.544.943	16.940.863	16.289.576	Dividendos	3.882	3.882	--		Depreciação	22.946	22.946	6.248	
DEMONST. DOS FLUXOS DE CX. DOS EXERC. FINDOS EM 31/12/2011 E 2010				PATRIM. LÍQUIDO	5.819.996	6.544.783	7.491.992		Desp. Tributárias	14.856	--	--	
CX. UTIL. NAS ATIV.	2011	2010	2009	Capital Social	9.700.967	9.700.967	9.700.967		LUC. OPER. LÍQ.	(724.787)	(909.864)	(486.424)	
Cx. LÍq. utilizado	--	--	--	Res. de Capital	1.601	1.601	410		Luc. antes da Cont. Soc.	(724.787)	(909.864)	(486.424)	
Cx. LÍq. prov. das ativ.	1.700	1.700	750	Luc. Acumulados	167.687	167.687	1.191		Luc. antes do Imp. de Renda	(724.787)	(909.864)	(486.424)	
Disponibilidades				Prej. Acumulados	3.325.472	2.415.608	--		LUC. LÍQ. DO EXERC.	(724.787)	(909.864)	(486.424)	
No início do Exerc.	1.700	1.700	750	Prej. do Exercício	724.787	909.864	(2.210.576)		DEMONST. DAS MUTAÇÕES DO PATRIM. LÍQUIDO EM R\$ 1,00				
No fim do Exerc.	1.700	1.700	750	TOTAL	17.544.943	16.940.863	16.289.576		HISTÓRICO	CAP. REALIZ.	RES. CAP.	PREJ. ACUM.	PATRIM. LÍQ.
AUM. (RED.) LÍQ. DE CX.	1.700	1.700	750						SLD. EM 31/12/09	9.700.967	1.601	-2.210.576	7.491.992
									Prejuízo no período	--	--	-947.209	-947.209
									SLD. EM 31/12/10	9.700.967	1.601	-3.157.785	6.544.783
									Prejuízo no período	--	--	-724.787	-724.787
								SLD. EM 31/12/11	9.700.967	1.601	-3.882.572	5.819.996	
								representado por ações nominativas no total 6.448.852 ações sendo:					
Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após 12 meses subsequentes à data do balanço, são considerados como Não Circulante. 2) Apuração do Resultado – As contas de resultado são apuradas pelo regime de competência dos exercícios. 3) Caixa e equivalente de caixa – Correspondem o saldo em caixa. 4) Imobilizado – São avaliadas ao custo de aquisição, corrigidos até 1995, a Depreciação calculados pelo regime linear de acordo com o Regime Fiscal. 5) Patrimônio Líquido – O Capital Social Subscrito está representado por 3.995.295 Ordinárias e 2.453.557 Preferenciais.													
Diretoria: Márcio Roberto Pinto Lisboa Pinheiro-Diretor Presidente-CPF: 127.099.482-49 – Giovana Antonia Leite Pinheiro-Diretor Superintendente-CPF: 248.287.772-53 Antonio José Silva Magalhães – Contador - CRC/PA-003766/O-3-CPF: 012.840.372-15.													
Parecer dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Ilmos. Srs. Acionistas, Diretores e Administradores de MOJÚ AGROINDUSTRIAL E ENERGÉTICA S/A - MAGESA Ananindeua – PA. 1. Fomos contratados para auditar os Balanços Patrimoniais de MOJÚ AGROINDUSTRIAL E ENERGÉTICA S/A - MAGESA , levantados em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, e as respectivas Demonstrações de Resultados e dos Prejuízos Acumulados correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. 2. Responsabilidade da administração da MAGESA sobre as Demonstrações Contábeis A Administração da MAGESA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. 1. Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Contábeis A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Contábeis, de acordo com as Leis nº 6.404/76, 11.638/07 normas do Banco Central do Brasil e das práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. 2. Responsabilidade dos Auditores Independentes Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas Demonstrações Contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Em decorrência dos assuntos descritos no parágrafo 3 – Base para abstenção de opinião , não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. 3. Base para abstenção de opinião 3.1 A MAGESA , não avaliou, quando da elaboração Demonstrações Contábeis, se houve alguma indicação de que seu Imobilizado perdeu representatividade econômica, não cumprindo o Pronunciamento Técnico CPC 01, correlato às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 36 (IASB), obrigatório a partir do exercício de 2010. Também, não foi trazido a valor presente o exigível a longo prazo, que é relevante. 3.2 Dada a data de nossa contratação ter ocorrido após os fechamentos dos exercícios, não aplicamos os procedimentos usuais de auditoria, como: a) circularizações, inspeção física do bem do imobilizado e nem avaliamos os controles internos. 3.3 O Ativo Imobilizado não possui controle patrimonial por bem. A conciliação do inventário físico com os registros contábeis e a apuração dos valores reais depreciáveis, poderão resultar em ajustes significativos no patrimônio da empresa. 3.4 A empresa contabilizou a perda da vida útil e econômica dos bens de seu Ativo Imobilizado, através da depreciação, à menor em + -R\$1.496.229,70. Com esse procedimento o Patrimônio Líquido, o Ativo Imobilizado e o Resultado do Exercício estão apresentados à menor nesse valor. 3.5 Nossos trabalhos de auditoria revelaram, que a COFINS e o PIS do exercício de 2010, no valor de R\$26.600,00 e 5.775,00 respectivamente, não foram contabilizados. Com esse procedimento o Patrimônio Líquido, as Obrigações e o Resultado do Exercício estão apresentados à menor nesse valor. 3.6 A MAGESA não cumpriu a Lei 11.638, art. 299-A, onde estabelece que o Diferido deve ser realizado a partir de 01.01.2010 ou alocado em outro grupo de contas, o que não foi atendido. 3.7 Não foi realizado o inventário dos estoques em nenhum dos exercícios auditados. 4. Abstenção de opinião Devido à relevância dos assuntos descritos no parágrafo 3 – Base para abstenção de opinião , não nos foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião de auditoria. Consequentemente, não expressamos opinião sobre as Demonstrações Contábeis acima referidas. 5. As Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2009, foram auditadas por auditores independentes, que emitiram parecer datado de 18 de Março de 2011, com ressalvas. Belém(PA), 27 de Abril de 2012. AUDINORTE-AUDITORES INDEPENDENTES CRC/PA nº 0244 Código CVM nº 4979 Mauri Deschamps Contador CRC/PA Nº 5597 - Sócio-Responsável.													